

Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



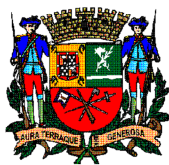
ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

1

1 Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às dezessete horas, no Auditório Mário Covas
2 iniciou-se a reunião ordinária do COMUS, sendo presidida pelo Usuário, **Presidente Conselheiro Adelino**
3 **Pezzi**, que iniciou pedindo a composição da Mesa, começando pelo Secretário de Saúde Dr. Oswaldo
4 Huruta, o Vice-Presidente Conselheiro André, a 1ª Secretária Conselheira Meire Ghilarducci e o 2º
5 Secretário conselheiro João Carlos, cumprimentando os participantes e agradecendo a presença de todos.
6 Em seguida houve alteração na sequência da pauta, devido a alguns conselheiros que tinham outros
7 compromissos. O **conselheiro André** iniciou cumprimentando os participantes e fez a leitura dos nomes
8 dos conselheiros dos CGU's que foram eleitos no mês de agosto e devidamente empossados presentes na
9 reunião: Ademir de Souza Rodrigues; Maria Aparecida Costa e Sílvia Macedo – CGU Novo Horizonte,
10 Fabiana R. de Alcântara; Maria de Fátima Moreira; Odácio Vicente de Lima; Carlos Alberto Fernandes
11 Pinto; Fernanda Tavares de Jesus Martins; Patrícia Aparecida Nogueira – CGU Buquirinha, Luana Andrade
12 Alves; Inacir Teixeira Andrade – CGU Vista Verde, Marly de Mendonça Silva e Lúcia Helena de Oliveira
13 Fucitalo – CGU Vista Verde, Maria José de Moura; Lucilene Isabel Bastos do Nascimento; Luís Antônio
14 Bittencourt Risetto e Cíntia Simone Lima Souza – CGU Vila Nair, Kika Medina e Marcio Marinho de Souza –
15 CGU CRMI, Orlando Graciano de Campos; Jesuel Ap. da Silva e Bruno de Lima Conde – CGU Vila Maria,
16 lembrando que os conselheiros que mesmo não estando presentes, são empossados e receberão os seus
17 crachás na unidade que representa. Segue a lista geral das eleições: **UBS AMERICANO – 24/07/2017** -
18 ANA PAULA VIEIRA LEITE MACAMBIRA - JESY DE PROENÇA COELHO - MARIA ANUNCIADA DA SILVA - NAIR
19 MARQUES VILAROUCA - ONDINA CAMPOS DE OLIVEIRA - VALDETE FELÍCIA FONSECA - **UBS VISTA VERDE –**
20 **01/08/2017** - MARLY MENDONÇA - LUANA ANDRADE ALVES - MAGDA DE MORAIS MELO - ALMIR
21 TENDOLINI FRERI - MARIA GORETI DE CARVALHO SILVA - INACIR TEIXEIRA ANDRADE - LUCIA HELENA DE
22 OIVEIRA FUCITALO - **UBS VILA NAIR – 03/08/2017** - CINTIA SIMONE DE LIMA SOUZA - LUCILENE ISABEL
23 BASTOS DO NASCIMENTO - LUÍS ANTÔNIO BITTENCOURT RISSETO - MARIA DAS GRAÇAS SANTOS SILVA -
24 MARIA JOSÉ DE MOURA - VIRGINIA DA COSTA HONÓRIO - **CRMI – 04/08/2017** - CLAUDINEI FLORÊNCIO
25 LAGE SILVEIRA - KIKA MEDINA - RONALDO LUIZ DA CRUZ - JOCINEIA ALMEIDA SANTIAGO OLIVEIRA -
26 GILBERTO MOREIRA CARDOSO - MÁRCIO MARINHO DE SOUZA - **UBS NOVO HORIZONTE – 08/08/2017** -
27 ADEMIR DE SOUZA RODRIGUES - CRISTIAN MIRANDA DO NASCIMENTO - MARIA APARECIDA COSTA -
28 MARINEIDE MACEDO DANTAS - SILVIA MARIA DE ANDRADE MACEDO - **UBS Jd. BUQUIRINHA –**
29 **10/08/2017** - CARLOS ALBERTO FERNANDES PINTO - FABIANA RODRIGUES DE ALCANTARA - FERNANDA
30 TAVARES DE JESUS MARTINS - MARIA DE FÁTIMA MOREIRA - ODACIO VICENTE DE LIMA - PATRÍCIA
31 APARECIDA NOGUEIRA - **UBS VILA MARIA – 11/08/2017** - BRUNO DE LIMA CONDE - JESUEL SILVA -
32 ORLANDO GRACIANO - JOANA CAVALCANTI ROCHA. O **conselheiro Adelino** comunicou a solicitação de
33 afastamento do conselheiro Paulo Roberto Mendes Canelas – segmento usuário e representante da
34 região sul, em decorrência a um tratamento de saúde e lembrou que o suplente irá assumir como titular.
35 A **conselheira Meire Ghilarducci** - segmento de prestador de serviços e coordenadora da comissão de RH
36 fez uma breve explanação sobre a pauta específica da reunião de RH relacionada à falta de médico na
37 rede básica e nas UPAS, bem como a falta de segurança nas unidades, pacientes e servidores e que teve
38 como principal discussão uma reformulação na questão da segurança no município, inclusão da guarda
39 municipal para atendimento às unidades básicas no período de funcionamento e a reavaliação dos

COMUS - Conselho Municipal de Saúde

Rua: Óbidos, 140 – Parque Industrial - São José dos Campos - SP - CEP 12235-561
Fones: (12) 3212-1360 e 3212-1361 e E-mail – comus02@sjc.sp.gov.br



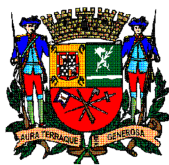
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

2

40 alarmes que estão em funcionamento nas unidades e que não possuem a função sonora. Lembrou que
41 essa questão está sendo discutida juntamente ao Centro de Operações Integradas - COI e ficou sob
42 responsabilidade da Secretaria de Saúde, por intermédio da Sra. Maria Cristina - diretora do
43 Departamento de Administração, para que se verifique e analise como melhorar a questão dos alarmes e
44 botoeiras. E, além disso, houve uma discussão no gabinete da Secretaria com o secretário adjunto Luís
45 Ricardo, visando traçar estratégias para coibir as depredações nas unidades e algumas questões de
46 segurança. Disse que quanto à falta de RH nas unidades básicas, está sendo estudada uma proposta de
47 terceirização do hospital Clínica Sul e que os profissionais que lá trabalham seriam deslocados para as
48 unidades de saúde, atendendo a necessidade da Atenção Básica. Disse que está sendo feito um projeto
49 estratégico para tais realocações e que o mais importante é que será criada uma comissão, com a
50 participação do COMUS e da gestão do município para que fiquem definidos alguns critérios claros e
51 transparentes quanto à transferência dos servidores. Em relação às UBS's explicou que será aberto um
52 credenciamento para que médicos, como pessoa jurídica possam estar prestando atendimento nas
53 unidades, visando suprir a demanda nas unidades referente às áreas de pediatria, ginecologia e clínico
54 geral. Explicou que o credenciamento ficará aberto por um período, que já conta com duas empresas
55 interessadas e que a necessidade é de 110 mil consultas. Entende-se que é uma solução emergencial e
56 que foi pedido ao secretário adjunto Luís Ricardo para que apresente a estratégia do governo para
57 realmente solucionar o problema da falta de profissionais da equipe multidisciplinar de saúde. Comentou
58 sobre o desvio de função dos funcionários da recepção nas unidades, onde no entendimento do conselho
59 e das comissões há necessidade de se profissionalizar as recepções. Finalizou dizendo que todas essas
60 demandas citadas continuarão sendo discutidas pela comissão de RH e citou a fala do Dr. Othon
61 Mercadante na qual se refere ao valor pago pela prefeitura em concursos públicos, chegando a ser 3
62 vezes menor do que em outras cidades, ressaltando a necessidade de se repensar os valores que vem
63 sendo ofertados e as estratégias do município que serão adotadas. A **Dra. Polyanna** iniciou sua
64 apresentação dizendo que em outros momentos foi falado o que a legislação sugere para a rede de
65 atenção psicossocial, não só psiquiatria, mas acompanhamento multidisciplinar aos pacientes com
66 transtorno mental, desde quadros de depressão, quadros psicóticos, autismo, transtorno global de
67 desenvolvimento, dependência química e moradores dos hospitais. Disse que é uma questão muita ampla
68 e complexa, que conta com o envolvimento de vários profissionais, pais, equipamentos e que gostaria da
69 aprovação do pleno para dar continuidade ao encaminhamento de documentos para habilitação junto ao
70 Ministério de Saúde. Disse que atualmente o município conta com um CAPS Infantil, um CAPS I (para
71 atendimento de crianças, adultos, dependência química no mesmo equipamento), e que está sendo
72 solicitada a qualificação desse equipamento para CAPS III. Conta também com um CAPS II para transtorno
73 adulto e um CAPS AD II. E que a intenção é que se tenha mais 2 equipamentos de CAPS Infantil, visando
74 alocar um equipamento por região, sendo: Sul, Leste e Centro-Norte e referente ao CAPS I Adulto,
75 gostaria de qualifica-lo para CAPS III, mantendo um CAPS II e solicitar a habilitação de mais um CAPS III
76 para transtorno adulto. Referente ao CAPS AD, o município conta um CAPS AD II e será solicitado mais 2
77 CAPS AD III. Explicou que o CAPS III e CAPS AD III referem-se à assistência durante à noite e final de
78 semana, para pacientes que estão em eminência de agravamento. Disse também que o município possui



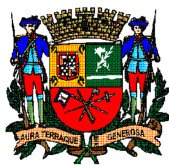
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

3

79 11 residências terapêuticas e que está sendo solicitada mais 5, pois existem pacientes com
80 comprometimento neurológico que anteriormente foram internados em hospitais psiquiátricos,
81 entretanto a legislação e os órgãos competentes do Ministério de Saúde e Secretaria de Saúde, preveem
82 que os residentes de hospitais psiquiátricos também merecem a reinserção nas residências terapêuticas.
83 Dentro da portaria de reorganização da rede, se prevê também a internação de pacientes com agravo do
84 transtorno mental e com comprometimento clínico, em internações de hospital geral. E está sendo
85 pleiteada 20 leitos no Hospital Municipal e 5 leitos no Hospital de Clínica Sul, e que a intenção é que no
86 Hospital Municipal sejam organizados 10 leitos, de enfermaria própria e outros 5 leitos na pediatria e 5
87 leitos na enfermaria de ginecologia obstetrícia, devido ao número de adolescentes gestantes e
88 dependentes químicas internadas. Disse que não vê a possibilidade de se extinguir a rede de emergência
89 das UPAS, mas com a reorganização da rede, isso naturalmente irá acontecer, bem como o fechamento
90 de leitos de hospitais psiquiátricos. E com a aprovação, o acesso e a qualidade de assistência no município
91 irá melhorar muito. Além disso, há serviços prestados em parcerias com algumas entidades relacionadas à
92 dependência química e outros transtornos, entretanto haverá também equipamentos próprios. Os
93 serviços necessitarão de uma supervisão técnica e um acompanhamento permanente. Encerrou dizendo
94 que isso vem para qualificar a assistência de saúde mental, considerando um momento histórico para o
95 município e solicitou aprovação do pleno para encaminhamento ao Ministério. A **conselheira Jaqueline**
96 **Menengrone** - segmento usuário, disse que após apresentação na reunião de políticas públicas, houve
97 uma reunião do CGU do CAPS Infantil, onde as famílias foram informadas de outro detalhe referente
98 mudança da modalidade de atendimento que o CAPS presta. Esclareceu que atualmente o CAPS Infantil,
99 funciona com um perfil ambulatorial, com atendimento individualizado para as crianças, nas
100 especialidades de fonoaudiologia, terapia ocupacional ou psicologia. E que a proposta que o CAPS trouxe
101 é de agrupar os atendimentos em até 5 crianças, com fonoaudiologia e terapeuta ocupacional no mesmo
102 atendimento e estendendo esse atendimento por 2 horas, com intervalo, além do atendimento para os
103 pais. E em relação a isso, surgiu uma dúvida quanto aos atendimentos individualizados, pois o
104 atendimento em grupo visa à interação social, desenvolvimento e ganho social. Porém, entende-se que a
105 base é o atendimento individual, que é direcionado especificamente com foco no que a criança precisa.
106 Disse que a dúvida das famílias refere-se a como e onde esses atendimentos irão acontecer, após essa
107 reestruturação. A **Dra. Polyanna** respondeu que houve grandes mudanças no CAPS Infantil nos últimos
108 meses e que a atual gerência possui grande experiência em CAPS, foram contratados 2 psicólogos e 1 TO,
109 totalizando 6 psicólogos no CAPS Infantil e compreende a angústia dos pais em relação a terapia
110 individual. Entretanto é um equipamento de atenção psicossocial, o que não quer dizer que as crianças
111 necessitem de um equipamento de reabilitação, mas que isso também é uma demanda que vem sendo
112 trabalhada. Disse que, além disso, está sendo prevista a integração com outros equipamentos e serviços
113 do município e que a questão do autismo é muito ampla e recente, onde as opções terapêuticas são
114 diversas que vem sendo acompanhado todo esse desenvolvimento e o que vem acontecendo e acredita
115 que aumentando o tempo de terapia, por mais que favoreça a inclusão social e interação, os focos
116 terapêuticos serão trabalhados individualmente mesmo no coletivo, pois são técnicas que a equipe pode
117 estar utilizando e que os equipamentos em outras regiões, ampliarão o acesso próximo à residência dos



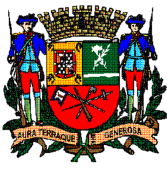
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

4

118 pacientes, dividindo o atendimento por regiões possibilitando melhor qualidade da assistência prestada.
119 Disse também que é um processo em construção e que há necessidade da vinda de políticas públicas para
120 esse tipo de atendimento, que ainda não está definido. O **Sr. Marcio Marinho de Souza**, do CRMI, pediu
121 explicação quanto à diferença das unidades CAPS e UIAMS do município. A **Dra. Polyanna** explicou que a
122 UAISM não é um equipamento contemplado pela rede de atenção psicossocial e prevê o atendimento
123 ambulatorial e hoje a rede se organiza em atendimento no CAPS. Explicou que a intenção é que os
124 pacientes graves e mais comprometidos permaneçam no CAPS, onde é feito um projeto de terapia
125 ocupacional, com atividades rotineiras na unidade. Quanto aos pacientes mais leves, eles passem em
126 consulta com especialista, e que em paralelo a isso está sendo trabalhado para que passem com os
127 médicos da base, pois entende que os pacientes de casos leves, podem ser medicados na atenção básica.
128 Já os casos moderados, que precisem de uma avaliação especializada, passem esporadicamente no
129 psiquiatra e nas interconsultas com os clínicos, devidos à necessidade de renovação de receitas de
130 medicamentos em uso de psiquiatria que se dá a cada 60 ou 90 dias e que não precisam de terapia
131 ocupacional. Explicou que esse seria o perfil do paciente de ambulatório que passaria no CAPS em
132 consulta e na Atenção Básica e que só permaneceria no CAPS, os pacientes mais agravados. Por isso o
133 equipamento UAISM deixaria de existir, pois prevê somente o atendimento ambulatorial. O **Sr. Marcio**
134 **Marinho de Souza** gostaria de saber sobre os medicamentos da unidade da UAISM, devido ao grande
135 número de pacientes da unidade que não se adequam aos medicamentos e falou sobre a possibilidade de
136 avaliação dos prontuários, bem como a reavaliação das medicações conforme é feito em algumas
137 cidades. A **Dra. Polyanna** respondeu que é muito complexo definir qual a intenção do paciente e a
138 conduta médica, pois, muitas vezes resistir ao tratamento é sintoma da doença, mas existe um arsenal de
139 medicamentos no SUS, estabelecido pela Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME,
140 referente às medicações disponibilizadas, sendo algumas medicações de alto custo Estadual e Municipal.
141 Esclareceu que a prescrição de medicamento é de conduta médica, mas que no CAPS há reunião todas as
142 semanas com as equipes, onde são discutidos vários casos, englobando o ponto de vista de psicólogos,
143 médicos e de conduta coletiva, sendo uma avaliação contínua, onde o projeto terapêutico é sempre
144 construído com o paciente, com a equipe técnica e com os familiares. A **conselheira Elaine Roma** –
145 segmento usuário fez uma pergunta relacionada ao financiamento e de como ficará as novas unidades de
146 CAPS que virão ao município, se terá parceria com o estado e federação e se haverá parceria com as
147 entidades que vão prestar serviço. Disse que uma solução para a questão do atendimento individualizado
148 é o credenciamento com o CER, questão bastante discutida nas reuniões e de grande necessidade. A **Dra.**
149 **Polyanna** respondeu que o CER é um equipamento da reabilitação que prevê a assistência a deficiência,
150 diferente da atenção psicossocial onde cada município pode pleitear sua habilitação, o do CER é feito pela
151 região, junto à DRS XII. Esclareceu que todos os trâmites foram feitos, que os documentos estão no
152 Ministério e que foram feitos contatos com os responsáveis para viabilizar e agilizar essa liberação de
153 financiamento desse equipamento. Em relação aos equipamentos da atenção psicossocial, disse que
154 houve uma reunião em julho com a coordenadora Estadual de atenção psicossocial e existe um Termo de
155 Ajuste de Conduta – TAC assinado pela prefeitura de Sorocaba e Secretário do Estado, por conta das
156 questões dos complexos hospitalares de Sorocaba, onde até que o Ministério custeie e habilite esses



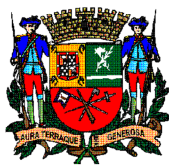
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

5

157 equipamentos, o Estado tem feito um repasse temporário para que a implementação desses
158 equipamentos sejam implementados rapidamente. Paralelo a isso foi feita uma reunião com o grupo
159 condutor da RAPS da região dos 39 municípios, solicitando que o Estado prolongue esse auxílio, para que
160 se conclua realmente a rede, até que o Ministério custeie. Quanto aos prestadores, o modelo
161 provavelmente será de credenciamento, e hoje o município custeia quase todos os equipamentos com
162 recurso próprio e na medida em que os recursos Estadual e Federal vierem, a rede será ampliada e
163 otimizada, de maneira escalonada e com planejamento. E que a previsão é que dentro de 1 ano e 6
164 meses a maioria dos equipamentos estejam funcionando. A **conselheira Maria Neri** – segmento usuário
165 comentou que muito tem se falado sobre o credenciamento e terceirização das unidades. A **Dra.**
166 **Polyanna** explicou que nem todos os equipamentos serão terceirizados, tendo alguns equipamentos
167 próprios e que nos equipamentos terceirizados existe uma construção permanente nos processos de
168 trabalho, bem como as correções, reajustes e troca de informações, a fim de aprimorar cada vez mais
169 essa relação. O **Sr. Marcio Marinho de Souza** perguntou sobre qual o risco da implantação dessa
170 metodologia, se comparada com as anteriores. A **Dra. Polyanna** explicou que a legislação vigente exige
171 que sejam feitas tais alterações e implementações. O **conselheiro Salvador Arnone** perguntou sobre o
172 que a legislação prevê referente aos leitos. A **Dra. Polyanna** disse que a legislação não prevê novos leitos
173 e sim a habilitação de leitos que já existem e que o cálculo é feito em cima da quantidade de leitos
174 existentes. Explicou que é uma reorganização de serviço e que tem toda uma normativa referente aos
175 leitos. Disse que para hospital psiquiátrico não há aumento no valor da diária, há mais de 12 anos, que é
176 de aproximadamente R\$ 49 reais. E para os leitos do hospital municipal existe uma estimativa de custeio
177 de quase R\$ 60 mil reais ao ano por leito, sendo em média R\$ 5 mil reais por mês/leito. A **conselheira**
178 **Jaqueline Menengrone** falou sobre um questionamento dos pais, referente ao CAPS Adulto, sobre qual o
179 tipo de atendimento que os adultos receberão após essa reorganização das unidades. A **Dra. Polyanna**
180 respondeu que existem adultos com autismo, assim como outras comorbidades juntamente com o
181 autismo, todavia, o que se pretende é a qualificação da equipe, desde o infantil ao adulto, para que
182 possam atender todos os ciclos da vida, desde criança, adulto e idoso com autismo. E primeiramente a
183 rede precisa ser ampliada e o atendimento qualificado. A **conselheira Jaqueline Menengrone** perguntou
184 se não terá nenhum equipamento de atendimento individualizado. A **Dra. Polyanna** respondeu que o
185 atendimento ambulatorial será no CAPS, ressaltando que o CAPS Sul atualmente já atende desta forma. E
186 referente ao Programa Anti Tabaco, esclareceu que houve uma mudança na legislação e no programa,
187 onde a rede do projeto anti-tabagismo está sendo reorganizada a fim de aprimorar-se e adequar-se a
188 necessidade do município. O **conselheiro André** falou que o tema tratado é de grande preocupação e
189 referente ao CAPS, disse que é uma ferramenta extremamente importante para o município e para saúde
190 da população. Disse que a questão da saúde mental no município de São José dos Campos precisa ser
191 vista com muito carinho e que a apresentação feita pela Dra. Polyanna, também foi apresentada para a
192 comissão de políticas públicas do COMUS, e diante disso a comissão recomenda que seja aprovada a
193 solicitação. O **Dr. Clarisvan** ressaltou que além do financiamento, esse processo refere-se à implantação e
194 reestruturação da rede, que passa por esse novo modelo de equipamento e como consequência pelo
195 financiamento dos mesmos. O **conselheiro André** solicitou ao pleno, que os que são favoráveis à



Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

6

196 aprovação ao financiamento, ampliação e reestruturação da rede de atenção psicossocial do município de
197 São José dos Campos, nos autos citados, que se manifestassem. Ressaltando que apenas os conselheiros
198 titulares poderiam votar, a menos que o conselheiro titular estivesse ausente, o suplente poderia assumir
199 a votação. A proposta apresentada pela Dra. Polyana foi aprovada por unanimidade com 24 votos a favor
200 e sem abstenção. A **conselheira Meire Cristina** justificou seu voto favorável, dizendo que entende que
201 essa reestruturação é um caminho, mas que não se terá toda a rede completa se não tiver o projeto CER
202 funcionando e que ainda é necessário um feedback final em relação ao CER. O **conselheiro Adelino** falou
203 sobre a participação do COMUS nas reuniões da comissão de saúde da câmara, bem como as ações
204 realizadas pelo conselho no decorrer do mês de agosto, como eleições dos CGU's nas unidades, curso
205 para conselheiros (TCE), reuniões das comissões e audiências públicas. Agradeceu a dedicação, esforço e
206 participação integral da Secretária Executiva Sra. Érika Míryan Araújo e o 2º Secretário conselheiro João
207 Carlos nas eleições dos CGU's das unidades de saúde. Falou sobre o documento encaminhado pela SPDM
208 conforme prometido em uma reunião, em resposta a uma denúncia de atendimento, Inquérito SIS nº
209 38.0719.0001605/20174, feita por uma Promotora Pública e um munícipe. Disse que o documento está
210 bem detalhado respondendo muitos pontos, inclusive encaminhou o documento a Promotoria, onde o
211 COMUS e a Secretaria de Saúde possuem uma cópia do mesmo e a comissão de políticas públicas irá se
212 reunir e analisar as informações. O **conselheiro André** pediu licença para ausentar-se da reunião um
213 pouco antes do término e falou sobre a educação como um fator determinante nas questões de saúde e
214 solicitou a aprovação do pleno, para a elaboração de uma moção de repúdio ao Ministério da Educação,
215 devidamente encaminhada ao Conselho Nacional de Saúde, Conselho Estadual de Saúde e ao MEC,
216 referente ao sucateamento da educação da graduação dos cursos da área de saúde. Explicou que as
217 instituições de ensino estão lançando cursos à distância, em que pode se fazer cursos de enfermagem,
218 fisioterapia, farmácia, educação física entre outros 100% à distância. Entende que isso é um absurdo, uma
219 vez que o profissional da área de saúde necessita de aulas presenciais e práticas, o MEC, vem abolindo
220 isso e lançando os cursos de ensino superior à distância na área de saúde. O **conselheiro André** iniciou a
221 votação referente à proposta da moção de repúdio ao MEC e a mesma foi aprovada por unanimidade e
222 sem abstenções pelo pleno. A **conselheira Meire Cristina** disse que foi recebido um encaminhamento da
223 Secretaria de Saúde, solicitando a alteração do representante Dr. João Moreira dos Santos, por ocasião de
224 sua aposentadoria, pela Dra. Marta de Oliveira Ramalho e como suplente o Sr. José Fernando Bianco
225 Marcondes, presentes na reunião e empossados. O **conselheiro Isídio Diniz Duarte** fez uma breve
226 explanação sobre a comissão de políticas públicas e disse que quanto à avaliação que está sendo feita a
227 pedido da Prefeitura na UBS Novo Horizonte referente aos detalhes de uma petição, esclareceu que foi
228 feita uma reunião com a UBS e encaminhada via COMUS e já está na avaliação da equipe de auditoria da
229 Prefeitura, acreditando que em breve essa questão já esteja encerrada. O **conselheiro Adelino** disse que
230 em relação ao projeto de mudança da lei do COMAN, pediu para que a conselheira Laura Marrocco e o
231 conselheiro Salvador Arnone se pronunciassem. A **conselheira Laura Marrocco**, disse que conforme
232 consta em ata, os conselheiros foram indicados para representar o COMUS no COMAN e relatou que
233 estiveram presentes na reunião do conselho e que havia uma proposta de retirar o COMUS na
234 participação no COMAN. A **conselheira Laura** então, sugeriu que o conselheiro Salvador Arnone, dentre a



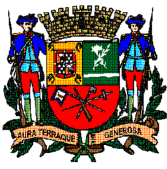
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

7

235 disposição de vagas ofertadas para prefeitura, sugerisse que fosse direcionada 1 vaga para a Secretaria de
236 Saúde e que verificasse a possibilidade do COMUS vir a representar a Secretaria de Saúde no COMAN.
237 Disse que o conselheiro Salvador Arnone pediu a palavra e logo foi interrompido pelo presidente do
238 conselho, alegando que o mesmo estava tumultuando a reunião. A **conselheira Laura** disse que ficou
239 indignada com o tratamento recebido, que participa de alguns conselhos e nunca viu isso acontecer.
240 Colocando que a sua solicitação perante o COMUS é uma solicitação de repúdio perante o COMAN,
241 referente ao tratamento que é dado aos munícipes pelo Sr. Lincoln, o qual teve o desprazer de conhecer.
242 O **conselheiro Salvador Arnone** disse que a representação do COMUS no COMAN é válida até a nova
243 mudança, garantindo-lhes o direito de pronunciamento. Disse que sugeriu que como a Secretaria de
244 Saúde não estava no conselho do COMAN, que fosse aberta uma vaga para a Secretaria de Saúde e que o
245 COMUS participasse como usuário. Porém, a câmara técnica do COMAN, responsável por decidir algumas
246 questões, decidiu fechar a participação do COMUS no conselho. O **conselheiro Salvador** disse que tentou
247 argumentar, dizendo que existe no COMAN representação das SABs, entretanto sabe que as pessoas às
248 vezes não representam efetivamente a entidade na qual estão inseridas e sim o que é de seu interesse. E
249 argumentou que o COMUS está permeado de todas as UBS de São José dos Campos, questionando como
250 podem existir duas vagas para SABs e o COMUS não pode participar? Disse que o argumento utilizado
251 pelo COMAN é de que como o COMUS é um conselho, ele não pode ter participação dentro de outro
252 conselho, devido às deliberações que podem vir a existir e que precisam ser decididas. Por fim, disse que
253 a moção deve ser feita e como essa questão virá pelo legislativo, a força política deverá ser exercida, pois
254 entende que a representação popular se dá por intermédio dos conselhos e que a saúde está diretamente
255 ligada ao meio ambiente. Finalizou que o COMUS está muito mais ligado ao COMAN do que muitos outros
256 conselhos que fazem parte do COMAN e que muitas vezes as pessoas que querem e tem direito de
257 participar são tolhidos. O **conselheiro Adelino** disse que foi feito um encaminhamento em cima de alguns
258 argumentos de leis e encaminhado ao presidente do COMAN e que na reunião com a comissão de saúde
259 da câmara e na reunião com o prefeito, o assunto foi levado, ressaltando que na verdade isso é um
260 projeto de lei e quem aprova é o legislativo e o executivo. Disse que nos dois anos que esteve no COMAN
261 como conselheiro, lamenta ter que fazer uma crítica referindo-se a quem não está presente, mas que
262 entende que o COMAN quer se elitizar, sendo que é importante a sociedade estar bem representada,
263 englobando vários segmentos. Pediu apoio ao secretário de saúde Dr. Oswaldo Huruta, para que a
264 Secretaria de Saúde tenha sua representação dentro do meio ambiente. O **Dr. Clarivan** esclareceu que a
265 questão de participação nos conselhos, é a expressão maior daquilo que a constituição fala sobre
266 participação popular e expressão daquilo que se entende em ordem de democracia. E quando se
267 pretende montar um conselho que seja democrático e a tradução dessa participação, é necessário que se
268 tenha legalidade e representatividade. Entende que nesse caso, a legalidade em tese esteja acontecendo,
269 mas que a representatividade está prejudicada. Disse que o presidente Adelino já havia conversado com
270 ele a respeito dessa questão e foi feito um documento alegando e sustentando isso, tendo em vista que a
271 saúde possui elementos que são determinantes e condicionantes, e dentre eles o meio ambiente. Que
272 interfere, determina, influencia e extremamente relevante dentre as questões de saúde, concluindo que
273 não discutir o meio ambiente, é abdicar de discutir a saúde. Disse que o que foi conversado e falado por



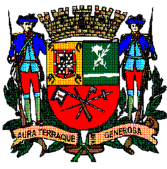
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

8

274 ele, pelo presidente e conselheiros, não é apenas uma impressão e sim um respaldo legal numa legislação
275 que organiza a saúde. Citou a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica do SUS, que dispõe
276 quais as ações que são determinantes e condicionantes para o atingimento da saúde, em um sentido mais
277 pleno e que passa necessariamente pelo cuidado com o meio ambiente e com as ações de meio
278 ambiente. Sustentando que para a legalidade e legitimidade do conselho, referindo-se ao COMAN, há a
279 necessidade de ter um representante da saúde, oriundo da própria Secretaria de Saúde ou por
280 designação alguém do controle social, integrante do Conselho Municipal de Saúde. Finalizou dizendo que
281 a fala da conselheira Laura Marrocco e do Salvador Arnone são muito preocupantes no sentido da
282 arbitrariedade apresentada, na qual a saúde combateu muito para que se chegasse a ter reuniões como a
283 do COMUS, que vem deliberando, discutindo e avançando nas questões de saúde. E que essa questão
284 deve ser retomada por todas as vias e com peso para ser revertida. O **conselheiro Adelino** deu início a
285 votação da moção de repúdio ao COMAN referente ao tratamento prestado aos conselheiros Salvador
286 Arnone e Laura Marrocco, considerando no mínimo uma falta de consideração e respeito. A moção de
287 repúdio foi aprovada por unanimidade pelo pleno, sem abstenções e os devidos encaminhamentos serão
288 realizados. Informou que no dia 11 de Setembro de 2017, haverá uma capacitação dos conselheiros
289 municipais de saúde, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na Câmara Municipal
290 das 9:00 às 16:00 e de extrema importância para os conselheiros, pois é voltado para área da saúde. A
291 **conselheira Meire Cristina** disse que o Provisão encaminhou ao COMUS em resposta a reclamação do Sr.
292 Edson o Ofício 272/2017, no qual fez leitura na íntegra. Disse que o Provisão não pode se responsabilizar,
293 devido ao último atendimento do paciente ter sido em 2007, sendo que esse tratamento estava sendo
294 feito em outro serviço. Disse que o referido passou em uma urgência e no ato dessa urgência, teve uma
295 infecção, na qual foi tratada a urgência e orientado para que retornasse para verificar a questão do
296 glaucoma. Explicou que o atendimento de urgência não dá a possibilidade do paciente ir para um serviço
297 de especialidade sem que a Secretaria da Saúde autorize. E que nos serviços de urgência é feito o
298 primeiro atendimento e o paciente volta pra rede, quando há necessidade de intervenção cirúrgica de
299 imediato, há uma autorização do DRC, por intermédio de uma médica reguladora que recebe os
300 prontuários e a partir daí, na medida de sua avaliação e com a conduta do médico, ela dá autorização
301 para continuidade. No caso específico, não foi possível fazer essa avaliação, porque o paciente estava
302 com uma infecção comprometendo o diagnóstico possível de um glaucoma, embora o mesmo tivesse
303 com a documentação do serviço privado informando que ele tinha glaucoma. E onde a partir do
304 diagnóstico que era uma questão cirúrgica, foram feitos todos os encaminhamentos e a Secretaria de
305 Saúde autorizou o atendimento e fará a cirurgia nos próximos dias, devido a uma série de exames que
306 precisam ser feitos antes. Finalizou dizendo que o prontuário está à disposição da Secretaria de Saúde,
307 caso ache conveniente e que essa é a devolutiva referente ao caso. Após a fala da **conselheira Meire**
308 **Cristina** sobre a reclamação feita do Provisão pelo munícipe Edson, o **presidente Adelino** pediu para que
309 ela passasse para a aprovação da ATA de nº 6, da reunião do dia 26/07/2017. Ela então passou para a
310 aprovação lembrando que a ata já foi enviada por e-mail para todos os conselheiros e que então faria da
311 forma como já foi combinado. A Ata foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. A **conselheira Meire**
312 **Cristina** falou também que as atas das reuniões de comissões serão enviadas em paralelo aos



Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

9

313 conselheiros para que eles tenham visibilidade das tratativas feitas pelo COMUS. O **conselheiro José**
314 **Marques** sugeriu que as atas fossem levadas em pen drive para serem projetadas para um melhor
315 acompanhamento pelo pleno durante a reunião o que foi acatado e votado a favor e na próxima reunião
316 já será dessa forma. O **secretário Oswaldo Huruta** após agradecer a presença de todos e parabenizar a
317 Dra. Polyanna pela brilhante apresentação, falou sobre a indicação do Dr. Clarisvan para representar o
318 COMUS no COMAM, pois entende ser a pessoa mais indicada para isso. O **conselheiro Salvador Arnone**
319 falou sobre a indicação do Dr. Clarisvan, que acha que, se passar do jeito que está lá, será um problema,
320 pois na verdade a Secretaria de Saúde entraria como poder público e ele não poderia entrar como
321 representante do COMUS e sim da Secretaria. O **conselheiro Adelino** esclareceu que as reuniões que
322 existem com a comissão de saúde da câmara, são justamente para alinhar tais questões junto aos
323 vereadores e, além disso, será pedida ajuda da advogada conselheira da OAB Dra. Flávia, para ser feitos
324 alguns questionamentos referentes a desproporcionalidade apresentada no COMAN, pois não apresenta
325 a paridade que existe nos outros conselhos. Perguntou se havia alguma matéria da ordem do dia e para a
326 pauta da próxima reunião ordinária e algum pedido de inscrição do dia emergencial justificada e
327 devidamente aprovada pelo pleno. O **conselheiro Luiz Peagno** lembrou que o dia 10 de setembro, é o dia
328 mundial da prevenção do suicídio. Informou que cerca de 1 milhão de pessoas cometem suicídio por ano
329 no mundo. Disse que o Centro de Valorização a Vida – CVV faz o trabalho de prevenção ao suicídio no
330 Brasil há 55 anos e se coloca a disposição para falar sobre o suicídio, ficando o assunto definido como
331 pauta para próxima reunião ordinária. Informou que cerca de 35% das pessoas que cometem suicídio,
332 possuem transtornos de humor e 22% estão envolvidos com álcool de drogas, 10% esquizofrenia entre
333 outros. O **Sr. José Aparecido** iniciou sua apresentação lembrando que os valores apresentados são
334 referentes a estimativas que a Prefeitura encaminhou para a Câmara e não tem a ver com despesas e que
335 a previsão de gastos será encaminhada em setembro. Ressaltando que é uma estimativa do que vai ser
336 gasto dentro da perspectiva de arrecadação para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021 de acordo com o que
337 preconiza a lei, que prevê dentro da arrecadação própria de 15% e das transferências constitucionais
338 outros 15% voltados para área da saúde. Explicou que os valores que serão apresentados serviram de
339 base para cálculos, pois primeiro estimam-se os valores e depois as despesas são projetadas. Onde dentre
340 os valores apresentados, a projeção da receita dentre os tributos municipais para 2018 é de R\$
341 702.744.000,00 e dentre as transferências constitucionais R\$ 1.093.974.000,00 E quando somadas as
342 receitas do município com as transferências constitucionais, o valor de arrecadação própria é de R\$
343 1.796.718.000,00. Estima que aproximadamente 29% desse valor da receita própria, considerada uma
344 média histórica, sejam destinados para área da saúde totalizando aproximadamente R\$640.000.000,00
345 para o exercício de 2018. Já em 2019 estima-se o valor de R\$ 743.707.000,00, sendo recursos municipais;
346 R\$ 1.131.691.000,00 de recursos vinculados, totalizando R\$ 1.875.398.000,00 estimados para o ano.
347 Girando em torno de R\$ 523.000.000,00 que somado a receitas vinculadas de R\$ 141.334.000,00 ficará
348 em torno de R\$ 660.000.000,00. Já em 2020 a projeção está em R\$ 787.063.000,00 sendo recursos
349 municipais; R\$ 1.203.299.000,00 de recursos vinculados, totalizando R\$ 1.990.362.000,00. Chegando a
350 casa dos R\$ 700.000.000,00 aproximadamente. E em 2021 estima-se o valor de R\$ 833.131.000,00 sendo
351 recursos municipais; R\$ 1.279.441.000,00 referentes a recursos vinculados, totalizando R\$



Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

10

352 2.112.572.000,00. Onde estima-se cerca de R\$ 600.000.000,00 correspondentes à parte do município,
353 mais a receita vinculada de R\$141.334.000,00 totalizando, mais ou menos R\$ 750.000.000,00. Disse que
354 as estimativas são feitas com embasamento na média de gastos e que não pode se afirmar que a
355 porcentagem sempre será trabalhada em cima da média histórica de 29% e que isso depende do poder
356 executivo. O **conselheiro José Marques**, perguntou se as despesas com RH já estão inclusas nos valores
357 apresentados. O **Sr. José Aparecido** disse que inicialmente é feita a estimativa da receita, para
358 posteriormente ser feita a execução do orçamento e em seguida a despesa. O **conselheiro José Marques**
359 pediu esclarecimentos quanto a uma notícia na qual o Prefeito pretende pagar R\$ 22,00 reais por
360 consulta para o médico, disse que está perplexo com o valor, e que em suas contas esse valor é muito
361 baixo tratando-se de profissionais que cuidam da vida da população. E que gostaria de saber se esse valor
362 será mantido dentro desse planejamento. O **Sr. José Aparecido** esclareceu que os valores apresentados
363 não fazem referência a gastos, e quanto ao valor citado acima pelo conselheiro José Marques disse que
364 não pode afirmar isso, pois só está falando sobre as estimativas de receitas do município para os anos
365 subsequentes. A **conselheira Meire** fez a leitura da lista de ausências justificadas da reunião ordinária do
366 dia 30 de agosto de 2017, onde foram justificadas as ausências de Ana Carolina Ribeiro – segmento
367 trabalhador; Maria de Fátima Silva – segmento usuário; Sebastião Pereira da Silva – segmento usuário;
368 Wagner Marques – segmento gestor; Marcelo Augusto Ferreira – segmento gestor; Luiz Ricardo de Souza
369 – segmento gestor; João Carlos dos Santos – segmento usuário; Carolina Buck – segmento gestor; Roberto
370 Lage Guedes – segmento usuário; Umberto Ghilarducci Neto – segmento usuário; Maria Tereza –
371 segmento trabalhador; Paula Carnevale Vianna – segmento usuário. Foi dada sequência ao
372 pronunciamento dos conselheiros, onde o conselheiro Dr. Othon Mercadante – segmento trabalhador fez
373 alguns comentários e umas perguntas ao Secretário de Saúde. Primeiramente disse que participou da
374 reunião de Recursos Humanos, na qual estava presente o secretário adjunto Luis Ricardo e que ficou clara
375 a dificuldade na contratação de médicos principalmente para rede básica. Entende que a saúde tem um
376 custo, mas que a saúde pública não pode ser confundida com saúde privada bem como operadoras de
377 saúde e questionou qual a estratégia para trazer novos médicos para atuarem na rede básica de São José
378 dos Campos, haja vista que a proposta de contratação de médicos como pessoa jurídica, recebendo um
379 valor de R\$ 22,00, não irá dar certo. Ressaltou que a abertura de concursos com as mesmas regras do
380 concurso anterior, também não irá captar novos profissionais. Questionou se a proposta de
381 credenciamento terá continuidade, se o novo concurso que será aberto continuará oferecendo o mesmo
382 salário aos profissionais médicos e se as UBS continuam com as agendas abertas, bem como qual a
383 previsão da marcação de consultas e o que pretende ser feito em relação às agendas nas unidades básicas
384 de saúde. Referente aos médicos estrangeiros advindos do Programa Mais Médicos, que possuem a
385 habilitação pelo Ministério da Saúde, mas que não possuem a habilitação do Conselho Federal de
386 Medicina questionou quantos médicos o município de São José dos Campos comporta dentro desse
387 sistema. E tendo em vista que os coeficientes usados na rede pública, nem sempre são os usados na rede
388 privada, há uma grande preocupação e receio referente à contratação de consultas, pois isso impossibilita
389 a criação de vínculos com os pacientes. Finalizou perguntando também como está o andamento do
390 processo de terceirização do Hospital de Clínica Sul e o que se pretende fazer caso isso de fato venha a



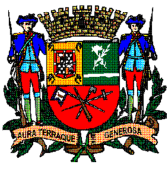
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

11

391 ocorrer. O **secretário Oswaldo Huruta** disse que os questionamentos levantados são pertinentes,
392 cabendo assim uma explicação. Explicou que a contratação de médicos mediante concurso não obteve
393 bons resultados. Em termos de aumento salarial para contratação de mais profissionais médicos, disse
394 que o aumento teria que contemplar a todas as categorias, entretanto dentro do orçamento da
395 Prefeitura como um todo, no momento não é possível de se realizar. E umas das alternativas tomadas é o
396 credenciamento e explicou que o valor estipulado, refere-se a uma média salarial do serviço público.
397 Todavia, no momento em que o valor não tenha sido um atrativo aos profissionais, pode se haver um
398 estudo para que se aumente o valor estipulado, ressaltando que poderá ser planejado e estudado dentro
399 do recurso disponível. Enfatizou que estão sendo estudadas alternativas para suprir o déficit de
400 profissionais médicos, que em decorrência de aposentadorias, mudanças para outras regiões vieram a
401 suprimir o RH da saúde. Disse que uma das soluções encontradas para equacionar essa questão poderá
402 ser a terceirização do Hospital de Clínica Sul, onde os profissionais, mediante alguns critérios e de comum
403 acordo com o sindicato e profissionais seriam realocados em outras unidades. E referente à agenda
404 aberta, respondeu que com a terceirização poderá haver o remanejamento de profissionais para as
405 unidades que possuem uma demanda grande, possibilitando suprir a questão da falta de médicos.
406 Entende que existe uma dificuldade na contratação de profissionais médicos, devido à questão dos
407 salários que não são condizentes e atrativos, e que por isso foi aberto à contratação de consultas
408 médicas/hora e paralelo a isso está sendo estudada a possibilidade do pagamento de um valor a mais
409 para os profissionais. Referente ao Programa Mais Médicos, respondeu que o Ministério da Saúde
410 autorizou a vinda de mais 20 médicos para Estratégia e Saúde da Família. O **Dr. Jemil** complementou
411 dizendo que dentro do Programa Mais Médicos existem médicos brasileiros e cubanos, e na rede básica
412 atualmente 10 médicos cubanos e 8 profissionais brasileiros e mais alguns que virão conforme
413 mencionado pelo secretário de saúde. Esclareceu que todos os médicos do programa estão participando
414 de todos os programas de orientação e treinamentos da Secretaria de Saúde, onde estão sendo passados
415 todos os processos e protocolos utilizados na rede. A conselheira **Jaqueline Menengrone** referiu-se ao
416 atendimento de psiquiatria na unidade do CAPS, relatando que foram contratados 2 psiquiatras para
417 atendimento na UPA Saúde Mental e para atender a demanda do CAPS Infantil aos finais de semana,
418 ressaltou que o ambiente é inadequado, pois acabam presenciando casos de adultos em surto e que
419 dificilmente as consultas são pontuais, além disso informou que os atendimentos são feitos em uma
420 estrutura adaptada, em um depósito, considerada um pouco precária. Levantou também a questão da
421 ausência de interação dos psiquiatras com a equipe multidisciplinar do CAPS, o que dificulta o
422 norteamo de algumas tratativas. Disse que tem como feedback de algumas famílias, reclamações
423 quanto a dosagem de medicações, necessitando terem que ser revistas algumas doses. Concluindo que a
424 falta de integração com a equipe multidisciplinar do CAPS Infantil pode ser um fator agravante de tais
425 reclamações. Disse que sabe que os psiquiatras contratados não podem atender dentro do CAPS Infantil,
426 pois foram contratados em regime de emergência e são terceirizados, mas solicita que essa questão seja
427 ajustada de imediato, sem que tenha que se aguardar a implantação de rede de atenção psicossocial
428 apresentada pela Dra. Polyanna na reunião. Falou sobre uma denúncia de uma mãe, na qual relata que a
429 mesma precisou ir ao UPA de Saúde Mental, pois seu filho estava em surto e foi mal atendida pela Dra.



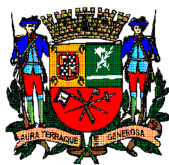
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

12

430 Maria Ilma, pois a médica fez a medicação e não quis revelar para mãe qual foi a medicação utilizada. Por
431 sua vez a mãe muito preocupada em saber qual seria a reação do filho a tal medicação, questionou a
432 médica qual tinha sido a medicação, entretanto a médica se recusou a revelar o medicamento utilizado e
433 inclusive falou para mãe, se caso não estivesse satisfeita com o atendimento, que fosse procurar
434 atendimento fora do Brasil. Devido a isso, a mãe procurou a delegacia para fazer um boletim de
435 ocorrência, onde o delegado ligou no mesmo momento para o UPA Saúde Mental, pedindo para
436 conversar com a médica que se recusou a fazer o atendimento telefônico. E a partir daí, foi firmado o
437 boletim de ocorrência devido à omissão de informação e por fim a conselheira solicitou que o caso fosse
438 averiguado. O **conselheiro Adelino** pediu que a conselheira Jaqueline Menengrone encaminhasse a
439 documentação referente à reclamação ao COMUS, para que seja repassada à Secretaria. O **secretário**
440 **Oswaldo** respondeu que entende as dúvidas apresentadas, como sendo uma preocupação de todos, mas
441 que a pergunta deveria ter sido feito quando a Dra. Polyanna estava presente, responsável pelo CAPS e
442 outros programas que vem se desenvolvendo com uma equipe multiprofissional. E que, além disso,
443 referente a tal reestruturação existe a necessidade de planejamento e estudos, bem como a ajuda de
444 parceiros. Esclareceu a dificuldade de contratação de psiquiatra infantil, mas alternativas estão sendo
445 pensadas a fim de solucionar essas questões. A **conselheira Meire** disse que será feito um extrato da ata
446 e enviado ao Secretário, através de memorando. O **conselheiro Carlos Roberto Rodrigues** representando
447 a Zona Norte de São José dos Campos fez um elogio referente a UPA Alto da Ponte, dizendo que houve
448 relatos da população da região elogiando a unidade. O **secretário Oswaldo** agradeceu os elogios e disse
449 que a Secretaria de Saúde procura fazer o melhor possível dentro do recurso orçamentário e recursos
450 humanos disponíveis. E que os profissionais tem se dedicado, desdobrado e atendendo as expectativas,
451 com o objetivo de fazer o melhor a população. O **conselheiro José Marques** pediu esclarecimentos
452 quanto à terceirização do hospital Clínica Sul e referente à realocação dos funcionários, perguntando se
453 na terceirização a possibilidade dos funcionários trabalharem em conjunto com o pessoal da empresa
454 terceirizada, pra não ocasionar um conflito de interesses dos profissionais que residem próximo do
455 hospital Clínica Sul e que teriam que se realocar em outras unidades a fim de continuar o vínculo com a
456 secretaria de saúde. O **Secretário Oswaldo** respondeu que isso irá depender da OS que ganhar a licitação
457 que foi aberta e lembrou a realocação de funcionários será feita através de critérios. O **Dr. Jemil**
458 complementou dizendo que uma coisa é o vínculo que o servidor possuiu com a secretaria,
459 diferentemente do vínculo que pode ter com a OS que for contratada. Explicou que a OS que for assumir
460 o hospital, irá assumir a unidade como um todo, inclusive a alocação de funcionários que a OS contratar.
461 Disse que os servidores tem hoje um vínculo efetivo de trabalho com a Secretaria de Saúde e a OS que
462 vier a assumir o hospital Clínica Sul ou por ventura qualquer outro equipamento de saúde, irá assumir a
463 unidade como um todo, inclusive a possibilidade de contratar quem quiser. Ressaltando que o vínculo dos
464 servidores com a Prefeitura continua preservado e se caso queiram firmar outro vínculo com a OS já é
465 outra questão. A **conselheira Meire** disse que existe uma legislação para isso e que a questão da
466 terceirização de um equipamento público, perpassa pelo plano de trabalho. Complementando que
467 acredita que a Prefeitura irá apresentar a justificativa jurídica para que sejam avaliadas algumas questões
468 e que a comissão de RH continuará acompanhando o que será feito. O **conselheiro José Marques** sugeriu



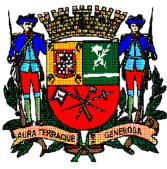
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

13

469 como pauta preferencial da próxima reunião a questão de Recursos Humanos e a questão das consultas
470 médicas. A **conselheira Lúcia** representando a região leste fez a leitura na íntegra de uma carta que
471 recebeu referente a uma reclamação quanto ao atendimento prestado à filha de uma munícipe na UBS
472 Vista Verde. O **secretário Oswaldo** solicitou que fosse passado o número do CRA da paciente e tal
473 reclamação para que o caso fosse verificado posteriormente. A **conselheira Lúcia** falou também sobre a
474 falta de enfermeiros na UBS Novo Horizonte e que a unidade necessita de 8 ACS e mais 2 médicos. Citou
475 também a necessidade de exames e de pacientes que aguardam por cirurgias. O **conselheiro Adelino**
476 citou a necessidade e importância do acolhimento nas unidades A **conselheira Meire** em esclarecimento
477 lembrou que as pessoas que queiram falar devem se inscrever, para que a pauta seja feita. A **conselheira**
478 **Juliana** – segmento trabalhador e terapeuta ocupacional no CAPS Infantil, relacionado às colocações
479 feitas pela Dra. Polyanna em apresentação a rede, disse que sente falta da implicação da Atenção Básica
480 na rede de cuidados do paciente, tanto na atenção psicossocial como em outras áreas. Disse que há
481 pouco tempo encaminhou um documento a Secretaria falando sobre a importância do matriciamento na
482 Atenção Básica para o atendimento das pessoas e que ainda não obteve resposta. Perguntou ao
483 secretário se existe a de Apoio a Saúde da Família - NAFS em São José dos Campos, que possibilitam
484 qualificar o atendimento na Atenção Básica. Disse que atualmente existem cerca de 4 mil pacientes no
485 CAPS aguardando na fila e que parte deles não precisariam, tendo em vista que alguns encaminhamentos
486 são feitos de forma pouco qualificada, muitas vezes em razão da atenção básica ter dificuldade em
487 compreender os quadros clínicos. Ressaltando o credenciamento das equipes de NAFS seria muito
488 interessante para o município. O **secretário Oswaldo** respondeu que a observação da conselheira ficará
489 registrada, mas que entende que realmente essa fila é muito grande, porém estas questões estão sendo
490 analisadas e estudadas. A **conselheira Meire** disse que será feito um extrato da ata e enviado ao
491 Secretário, através de memorando. O **Dr. Clarisvan** complementou dizendo que tem acompanhando as
492 questões referentes à reorganização da RAPS e que a apresentação feita pela Dra. Polyanna refere-se a
493 estrutura assistencial do ponto de vista das três formações e implementações de equipamentos. E que a
494 RAPS que faz parte da Portaria nº 3.088, 23 de Dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, vai muito
495 além do equipamento, pois pensa na assistência como um todo e trabalha no conceito de linha de
496 cuidado, que se inicia na atenção básica. Disse que o planejamento regional da RAPS vem sendo discutido
497 no âmbito do município e âmbito regional. Disse que existem reuniões organizadas pela DRS XVII
498 exatamente para integrar essas questões, num conceito mais geral de atendimento ao paciente. Disse
499 que essa linha de cuidado se inicia na atenção básica e para fazer todas as ações apresentadas pela Dra.
500 Polyanna são necessárias ações mais completas, dentre elas o estabelecimento da linha de cuidado que
501 comece na atenção básica, com um matriciamento da forma mais ampla possível e mais adiante, de uma
502 maneira mais consolidada a implantação dos NAFS, que fala muito sobre o aspecto da atenção básica com
503 a estratégia e saúde da família. A **conselheira Meire** disse que foi recebida uma solicitação do Instituto
504 Nacional de Ciência da Saúde – INCS, responsável pela gestão da UPA Putim e UPA Alto da Ponte
505 solicitando uma declaração ao COMUS que declarasse que a instituição excuta perfeitamente as
506 prestações de serviço de gestão e execução de atividades assistenciais ao município de São José dos
507 Campos. A conselheira disse que a mesa entende que não há possibilidade de dar essa declaração a



Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 007 – 30/08/2017

14

508 instituição, pois quem fiscaliza o serviço dos prestadores e que poderia dar essa declaração perfeitamente
509 é a Secretaria de Saúde e não o conselho, embora o COMUS deva fazer a fiscalização e cobrar dentro do
510 plano de trabalho, aquilo que foi pactuado. Entretanto, nem isso o conselho está conseguindo fazer, pois
511 não participa mais da comissão de acompanhamento dos contratos de gestão, sendo uma questão que já
512 vem sendo cobrada pelo COMUS desde a outra gestão. Esclareceu que referente à participação na
513 comissão de acompanhamento, já foi conversado com o Secretário de Saúde, encaminhada à
514 documentação, solicitada em plenário e inclusive pautada em uma reunião com o prefeito. E disse que
515 para que o COMUS exerça sua função, mesmo sem essa participação na comissão, um memorando será
516 encaminhado a secretaria, solicitando cópias dos contratos de gestão e dos planos de trabalho, anexos e
517 das atas de acompanhamento da Secretaria de Saúde, para que as comissões de políticas públicas e de
518 orçamento e fianças, possam realmente avaliar, ter um entendimento do que vem acontecendo e fazer as
519 suas ações de fiscalização. E que se possível, em outro momento, poder atender uma solicitação dessa
520 natureza, referindo-se a solicitação do INCS. O **conselheiro Adelino** concordou com a fala da conselheira
521 Meire e disse que por enquanto o COMUS ainda não está apto a atender tal solicitação. E tão logo o
522 conselho fique apto, a declaração será dada com muito prazer aos prestadores solicitantes que estiverem
523 prestando seus serviços com alta qualidade. Perguntou ao pleno se havia alguém contra a proposta de
524 pauta colocada pelo conselheiro José Marques, onde não houve manifestação. E lembrou outra pauta do
525 Sr. Luíz Peágno cujo critério de aprovação ficará sob responsabilidade da Secretaria de Saúde e sobre o
526 curso do TCE para conselheiros da saúde, que ocorrerá no dia 11 de Setembro de 2017 na Câmara
527 Municipal. Encerrou a reunião parabenizando a participação de todos e agradecendo-os pelo
528 cumprimento do regimento do COMUS, referindo-se a execução do horário estipulado de reunião. Não
529 havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião às 19h48min.